

O jornalista quer apenas saber a verdade

A muitos há de parecer que um velho repórter, quase em fim de carreira, encontrou na impronúncia dos acusados da morte de Aída a chave do sensacionalismo barato tão a gosto de certa imprensa. A atitude desconcertante de um juiz que anulou pura e simplesmente o processo a que respondiam os maiores de idade — ou sejam, os únicos responsáveis perante a Lei pelo assassinio bárbaro de uma menina — teria sido o pretexto fácil do sucesso de escândalo.

Palavra de honra, se alguma coisa entristece ao profissional endurecido na mesa de redação, é ver a Justiça se dobrar ante injunções misteriosas e inexplicáveis — sejam de natureza política ou quaisquer outras. A Justiça, que por hipótese devia ser cega ou pelo menos devia ter os olhos vendados, não pode — e isto atordoa o observador imparcial — bater a porta no rosto dos familiares de uma pobre menina que teve a graça, o cuidado de guardar a

sua pureza como uma santa e a infelicidade de haver nascido no seio de família humilde.

A Justiça, pelas mãos de uma sentença atordoante, esdrúxula, fria e incompreensível, não pode, de maneira alguma, dizer aos irmãos e à mãe dessa jovem quase violentada, e depois estúpida e morta, que existe uma Justiça para ricos e outra Justiça para pobres. Isto seria a negação dos seus próprios fundamentos e de suas próprias tradições.

A Justiça não pode ser apenas difícil, quando ambas as partes são ricas ou quando ambas as partes são pobres. Através de um despacho terrível, o Juiz Souza Netto bateu a porta da Justiça no rosto dos parentes de Aída Cúri e a escancarou aos algôzes da menina que quis morrer virgem, a Justiça escancarou a sua porta, para que saíssem os meninos cheirosinhos, sorridentes, de óculos escuros, à procura de novas aventuras custeadas pelo dinheiro fácil, degradante e corruptor de seus pais, o dinheiro que nem sempre compra virgindades, mas, às vezes, compra consciência.

Juiz honesto pode errar. Se êle é homem, a sentença é humana — e tudo na natureza humana oscila entre o certo e o errado, entre o bom e o mal, entre a lei e a sua negação, entre a mentira e a verdade, entre a justiça e a injustiça. Outra vez repetimos: nenhum motivo de ordem vil, ou mesmo pessoal, seria por nós atribuível ao Juiz Souza Netto por sua sentença que nos parece falha e injusta. Se em sua carreira de magistrado se pudessem apontar e provar desvios de honra e de caráter — aqui o teríamos feito sem hesitação ou medo de represálias.